

Dívidas: Estados apelam ao Congresso.

A decisão do governo de obrigar os Estados a reservar 25% de seus orçamentos para pagar as dívidas internas e externas que vencem em 1989 além de conseguir a revolta unânime dos governadores pode virar o jogo contra o Palácio do Planalto, cuja atitude está sendo considerada por muitos como "revanche" contra as decisões da Constituinte no capítulo da Reforma Tributária: os secretários de Fazenda de todos os Estados do País, reunidos esta semana em Belo Horizonte, enviaram um documento ao deputado Ulysses Guimarães e ao senador Humberto Lucena, presidentes da Câmara e do Senado, solicitando que o Congresso Nacional defina em lei como os Estados devem pagar sua dívidas à União, sugerindo ainda a fórmula que consideram "suportável": pagamento de 10% do vencível no ano e o "estoque" (parcela que vem sendo rolada) em sete anos, com cinco de carência.

O que os secretários de Fazenda pretendem é neutralizar a investida governamental, que quer o pagamento de 25% do vencível em 1989 e mais 25% do "estoque". "Se isto for aplicado, os Estados quebrarão", alerta o secretário Sérgio Gaudenzi, da Bahia. Normalmente, os Estados estavam saldando 25% e rolando 75%, e no ano passado rolaram integralmente a dívida, voltando a pagar os 25%. Este ano, segundo Gaudenzi, os Estados não terão condições de pagar o volume pretendido pela União

porque o ganho de receita que ocorrerá em função da nova Constituição não é muito significativo — no caso da Bahia chegará a 15%, e se dará ao longo de cinco anos, estima o secretário.

O governador do Pará, Hélio Gueiros, disse ontem em Belém que o deputado Ulysses Guimarães já garantiu seu apoio à tese dos governadores, de só pagar 10% das dívidas. Ele confirmou a realização de uma reunião de Ulysses com os governadores no próximo dia 13, em Brasília, ocasião em que o deputado estará respondendo pela Presidência, quando será colocado em discussão a necessidade de se transformar em lei pelo Congresso a proposta dos secretários de Estado.

De quem foi a idéia?

Há poucos dias o governador paraense afirmou que a proposta do governo de manter o limite da rolagem em 25% não partiu do presidente Sarney mas "dos técnicos da Seplan, que querem que os governadores se arrependam da reforma tributária". Para Gueiros, o governo não pode deixar de aceitar a rolagem da dívida solicitada pelos Estados "porque o governo também pede a rolagem da dívida externa do País aos credores internacionais".

Já o governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, acha impossível o pagamento da dívida nos termos do governo e comenta: "Mesmo os estados mais ricos, como São

Paulo e Minas, já avisaram que não têm como pagar; agora imagine Mato Grosso e outros estados mais pobres, como os do Nordeste e do Norte?", acrescentando que se fosse para o seu estado arcar com esse compromisso, "seria preciso deixar de pagar o funcionalismo, fechar as escolas e deixar de realizar obras que são consideradas fundamentais". Bezerra revelou que vem consultando a bancada de seu estado no Congresso "para encontrar uma solução o mais rápido possível". Ele acha que só o Congresso "poderá resolver esta questão, já que é o órgão que dispõe a partir de agora sobre a questão da dívida externa".

Juntamente com São Paulo e o Rio, Minas foi um dos primeiros estados a se rebelar contra a decisão do governo federal, que no seu caso representará US\$ 100 milhões em pagamentos de dívidas vencidas e a vencer em 1989. Segundo o secretário da Fazenda mineiro, Luiz Fernando Wellisch, "ou acertamos esta questão ou chegaremos a um grave confronto de consequências imprevisíveis para o Executivo, porque nenhum estado está em condições de cumprir o perfil de pagamento pretendido, que anula o adicional da receita prevista com o novo perfil de distribuição dos impostos".